

JOVENS E O MERCADO DE TRABALHO

Nomes e instituições dos autores:

Alexandre Queiroz Guimarães

Fundação João Pinheiro (FJP).
E-mail: alexandre.queiroz@fjp.mg.gov.br

Mariana Eugenio Almeida

Fundação João Pinheiro (FJP).
E-mail: mariana.almeida88@gmail.com.

Resumo:

A inserção produtiva dos jovens é um dos desafios da política de emprego. O Brasil vem contemplando recentemente a necessidade de políticas especiais para o público jovem, no sentido de promover a melhor inserção do jovem e fortalecer as condições de ascensão social. O presente artigo pretende contribuir para esse campo de estudos, fazendo uma reflexão sobre as políticas de emprego para os jovens. São apresentados dados sobre a situação dos jovens no mercado de trabalho no contexto europeu, bem como no Brasil e em Minas Gerais. Além disso, busca-se analisar as estratégias adotadas pelos governos federais e estaduais nessa área.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho, Jovens, Políticas Públicas.

Área Temática: Políticas Públicas

JOVENS E O MERCADO DE TRABALHO

1. Introdução

A inserção produtiva dos jovens é um dos grandes desafios da política de emprego. Trata-se de um público que enfrenta maiores dificuldades, fruto principalmente da baixa experiência. Assim, essa é uma faixa muito vulnerável à situação de desemprego e de desemprego em longo prazo, sendo objeto de políticas específicas em muitos países. O Brasil vem contemplando recentemente a necessidade de políticas especiais para o público jovem, tendo sido inclusive criada uma Secretaria da Juventude. Dentro das várias áreas contempladas, a área de trabalho e emprego tem importância essencial dentro do objetivo de promover a melhor inserção do jovem e fortalecer as condições de ascensão social. Para esse objetivo, políticas direcionadas particularmente para os jovens ganharam importância a partir de 2003, sendo reforçadas nos anos seguintes.

O presente artigo pretende contribuir para esse campo de estudos, fazendo uma reflexão que tende a contribuir para as políticas de emprego para os jovens no Brasil e em Minas Gerais. As seções dois e três tratam da experiência europeia, trazendo aspectos da inserção do jovem no mercado de trabalho e exemplos das políticas europeias que podem ajudar a pensar o caso brasileiro. A seção quatro traz aspectos do mercado de trabalho para os jovens no Brasil, enquanto a seção cinco apresenta dados para Minas Gerais. A seção seis apresenta os avanços e desafios da política de emprego para os jovens no Brasil e em Minas Gerais e, por fim a seção sete tece considerações finais.

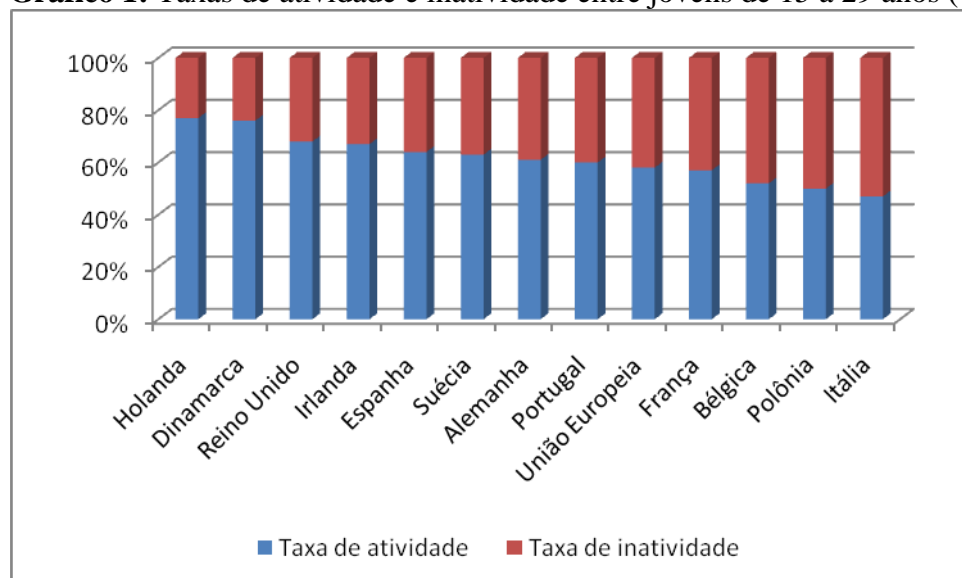
2. Jovens e mercado de trabalho na Europa

2.1. A situação dos jovens no mercado de trabalho europeu

A temática da juventude vem se tornando cada vez mais relevante no contexto europeu. Em 2007, havia cerca de 96 milhões de jovens entre 15 e 29 anos de idade nos países da União Europeia (EUROSTAT, 2009). A relevância conferida a esse grupo etário se dá pelo fato de que a Europa está passando por um processo demográfico de envelhecimento populacional. Nesse contexto, a relação entre o jovem e o mercado de trabalho torna-se essencial.

No que diz respeito às taxas de atividade entre os jovens, os países europeus apresentam grande heterogeneidade. Nos países da União Europeia, 58% dos jovens entre 15 e 29 anos eram ativos em 2007 (Gráfico 1). Entretanto, observa-se grande variação entre os países analisados. Dentre aqueles que apresentaram taxa de atividade inferior à 50%, encontram-se Polônia e Itália. Já os países com taxa de atividade superior a 70% incluem a Dinamarca e a Holanda.

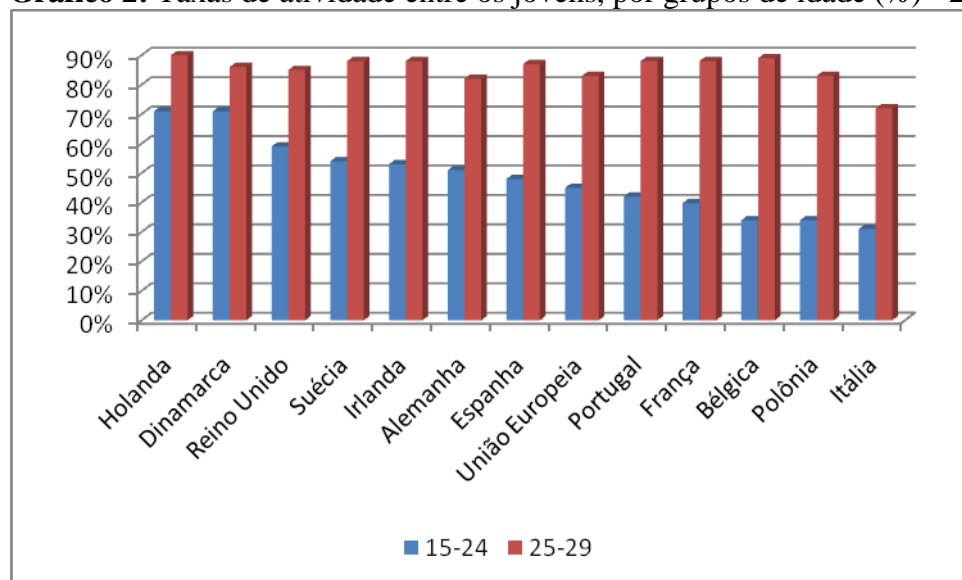
Gráfico 1: Taxas de atividade e inatividade entre jovens de 15 a 29 anos (%) - 2007



Fonte: Eurostat, 2009.

Observa-se que a inatividade é mais comum para o grupo etário de 15 a 24 anos, uma vez que muitos destes jovens ainda estão estudando (Gráfico 2). A Holanda e Dinamarca foram os países que apresentaram as maiores taxas de atividade também entre os jovens de 15 a 24 anos. É importante ressaltar que estes países possuem um sistema de formação dual, no qual é oferecido aos jovens um tipo de qualificação que combina educação formal e experiência na empresa (EUROSTAT, 2009). Já os jovens entre 25 e 29 anos, em grande medida, já terminaram o período de educação e, portanto, apresentam maiores taxas de atividade. Dentre os países analisados, a Itália apresentou as menores taxas de atividade entre os jovens de 25 a 29 anos.

Gráfico 2: Taxas de atividade entre os jovens, por grupos de idade (%) - 2007



Fonte: Eurostat, 2009.

No que se refere à questão de gênero, também há grande variação entre os países europeus em termos de taxas de atividade. As mais altas taxas de atividade entre as mulheres jovens (mais de 70%) foram encontradas na Dinamarca, Holanda e Suíça. Já Hungria e Turquia apresentaram as taxas mais baixas, sendo elas 39% e 26%, respectivamente.

Outra dimensão importante é a educação. Observa-se para a União Europeia que as taxas de atividade aumentam com o grau de escolaridade, com exceção de Espanha e Portugal (Tabela 1). Em relação ao gênero, em todos os países, exceto em Portugal, as taxas de atividade entre as mulheres eram positivamente correlacionadas com o grau de escolaridade (EUROSTAT, 2009). De maneira geral, em quase todos os países as taxas de atividade para homens era maior do que para as mulheres, independente do grau de escolaridade. Além disso, observa-se que as diferenças das taxas de atividade entre homens e mulheres são maiores para os grupos com menor escolaridade.

Tabela 1: Taxas de atividade para jovens entre 25 e 29 anos, por grau de escolaridade (%) - 2007

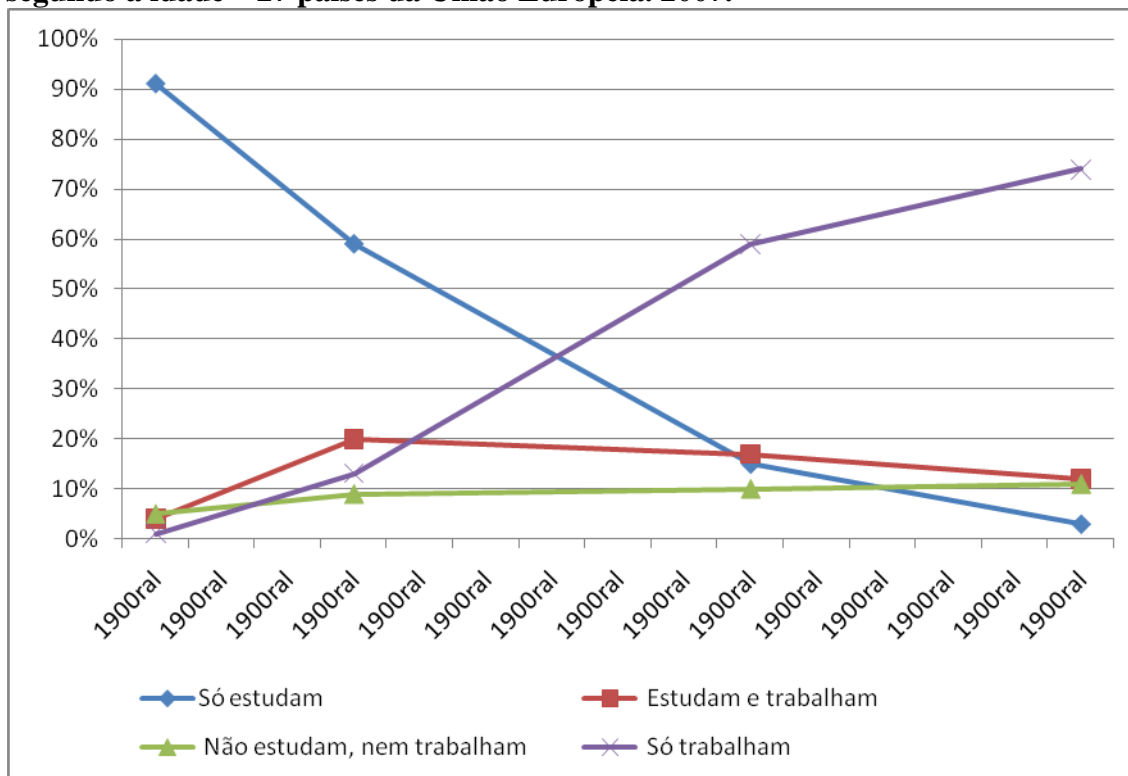
	Total			Mulheres			Homens		
	Baixa	Média	Alta	Baixa	Média	Alta	Baixa	Média	Alta
União Europeia	74,2	81,9	89,3	57,9	74,7	87,5	87,2	88,3	91,8
Bélgica	75,1	88,3	93,9	61,6	80,8	93,6	86,3	94,1	94,2
Dinamarca	78,0	87,0	90,6	66,8	83,3	89,0	87,6	90,0	92,7
Alemanha	67,7	81,6	92,3	46,4	79,9	90,0	88,5	83,3	95,3
Irlanda	70,3	87,2	92,9	51,6	78,4	92,2	82,3	94,4	93,9
Espanha	85,3	84,7	88,5	76,0	80,8	86,9	92,2	88,4	90,3
França	78,6	88,7	90,7	62,4	80,6	88,3	90,6	95,9	93,8
Itália	69,8	73,8	69,3	48,9	67,1	68,8	85,2	80,3	70,2
Holanda	78,0	90,1	94,6	64,4	84,9	93,9	88,1	95,1	95,5
Polônia	62,0	79,7	91,7	42,8	66,4	89,7	75,9	90,4	94,8
Portugal	89,6	77,9	93,4	83,1	79,3	93,8	94,3	76,5	92,4
Suécia	77,8	87,1	87,9	67,0	81,7	86,5	85,8	91,4	89,6
Reino Unido	68,3	84,7	92,5	48,4	75,9	90,9	86,2	94,1	94,3

Fonte: Eurostat, 2009.

A transição entre a escola e o mercado de trabalho é um processo gradual e pode variar entre os diversos países. O estudo da Eurostat mostra que em 2007, 20 anos era a idade a partir da qual 50% dos jovens estavam no mercado de trabalho na União Europeia, estando empregados ou procurando emprego. Entretanto, há diferenças significativas entre os países analisados. Na Dinamarca, Holanda, Áustria, Reino Unido, Islândia e Suíça, os jovens tendem a ingressar mais cedo no mercado de trabalho. Por outro lado, em países como a Grécia, Itália, Luxemburgo, Hungria e Romênia, a idade de corte na qual mais de 50% dos jovens está no mercado de trabalho é 23 anos.

A transição entre a educação e o trabalho pode ser melhor observada no Gráfico 3. Aos 15 anos, a maioria dos jovens europeus se encontra exclusivamente no sistema de educação ou de treinamento. Já entre 18 e 24 anos, alguns estudantes começam a combinar educação e trabalho. Por fim, aos 29 anos, mais de 80% dos jovens europeus são economicamente ativos. Como pode ser visto, a proporção de jovens que se dedica apenas à educação ou ao treinamento diminui com a idade, enquanto a proporção de jovens ativos aumenta. A transição entre a educação e o trabalho geralmente ocorre entre 18 e 24 anos (EUROSTAT, 2009). Ainda segundo dados da União Europeia, em 2007, 59% dos jovens de 18 anos se encontrava apenas estudando ou em treinamento e apenas 13% estava exclusivamente trabalhando. Por outro lado, 20% nos jovens com 18 anos e 16% dos jovens com 24 anos combinavam educação e treinamento com trabalho.

Gráfico 3: Proporção de jovens que só estudam, estudam e trabalham ou só trabalham segundo a idade – 27 países da União Europeia. 2007.



Fonte: Eurostat, 2009

Outra importante variável é o desemprego. Entre os países analisados, Dinamarca e Holanda apresentaram em 2007 as menores taxas de desemprego entre os jovens. Esses países também apresentaram uma proporção alta de jovens que combinam educação ou treinamento com o trabalho. A situação é bem diferente em países como a Itália e Polônia, onde a taxa de desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos ultrapassa 20%. As taxas de desemprego são menores para os jovens de 25 a 29 anos.

Observa-se que as taxas de desemprego tendem a diminuir com o aumento da escolaridade. Entretanto, Itália e Portugal apresentavam, em 2007, taxas de desemprego muito alta para os jovens com educação superior (Tabela 2). Além disso, a taxa de desemprego entre jovens de 25 a 29 anos que tinham apenas a chamada educação secundária básica variou de 10,9% no Reino Unido, para 29,9% na Alemanha.

Tabela 2: Taxas de desemprego entre os jovens, por grupos de idade e grau de escolaridade (%) – 2007

	15-24				25-29			
	Total	Baixa	Média	Alta	Total	Baixa	Média	Alta
União Europeia	15,5	20,1	13,5	10,7	8,8	15,2	8,2	6,3
Bélgica	18,8	29,1	17,5	11,5	10,0	23,0	9,8	5,7
Dinamarca	7,6	8,8	5,8	u	4,4	u	(3, 1)	(4, 6)
Alemanha	12,0	16,0	8,6	u	9,6	29,9	8,1	3,8
Irlanda	9,0	16,9	7,6	(5, 2)	4,7	11,8	5,3	(2, 5)
Espanha	18,2	20,7	16,5	13,5	9,1	11,2	8,5	7,9
França	18,0	29,3	15,9	9,7	11,5	20,7	11,7	7,6
Itália	20,3	22,5	19	19,3	10,4	11,5	8,6	14
Holanda	7,3	10,3	5,1	u	2,5	(5, 9)	(2, 0)	(1, 7)
Polônia	21,7	22,8	21,7	20,0	10,6	22,9	11,2	7,7
Portugal	16,6	16,2	14,8	25,9	11,7	11,0	9,9	14,7
Suécia	18,4	29,7	12,4	(12, 3)	7,0	16,2	6,4	5,6
Reino Unido	14,3	26,4	11,3	6,4	4,9	10,9	5,3	2,1

Fonte: Eurostat, 2009

Outra questão importante diz respeito à distribuição dos jovens por posição na ocupação. A maioria dos jovens europeus são empregados (Tabela 3). Entretanto, em países como a Itália e a Polônia, observam-se as menores taxas de jovens empregados em ambos os grupos de idade. Estes países apresentaram também altas taxas de trabalhadores familiares, em comparação com os demais.

Tabela 3: Posição ocupacional de jovens empregados, por grupos de idade (%) – 2007

	15-24			25-29		
	Empregado	Trabalhador Familiar	Autônomo	Empregado	Trabalhador Familiar	Autônomo
União Europeia	93,3	2,7	4,0	89,8	1,6	8,7
Bélgica	95,4	0,6	4,0	91,4	(0, 4)	8,2
Dinamarca	98,4	u	u	94,1	(0, 3)	5,6
Alemanha	98,2	0,6	1,2	93,7	(0, 5)	5,8
Irlanda	97,0	(0, 9)	2,1	92,6	(0, 4)	7,0
Espanha	92,4	2,8	4,8	90,6	1,0	8,4
França	97,9	(0, 2)	1,9	94,7	(0, 1)	5,2
Itália	85,2	3,4	11,4	79,6	2,0	18,5
Holanda	96,4	(0, 4)	3,3	93,5	(0, 3)	6,2
Polônia	85,8	8,7	5,5	86,4	3,5	10,1
Portugal	93,5	2,0	4,5	91,5	(0, 9)	7,7
Finlândia	96,4	(0, 9)	2,7	93,3	(0, 2)	6,5
Suécia	97,5	(0, 8)	1,7	94,9	(0, 2)	5,0
Reino Unido	95,9	(0, 2)	3,9	91,9	(0, 2)	7,9

Fonte: Eurostat, 2009

Nota-se, também, que em muitos casos o emprego obtido não é permanente ou de período integral, uma vez que os empregadores relutam em empregar jovens recém inseridos no mercado de trabalho em postos de trabalhos permanente. Assim, nos países da União Europeia, quatro em cada

dez jovens entre 15 e 24 anos empregados tinham um contrato temporário em 2007. Já entre os jovens de 25 a 29 anos, apenas dois em cada dez jovens tinham empregos temporários.

Por sua vez, 26% dos jovens empregados entre 15 e 24 anos de idade na União Europeia tinha um emprego de meio período em 2007 (Tabela 4), o que se explica, em parte, porque muitos jovens nessa faixa precisam combinar o trabalho com o estudo. Essa proporção variava de 9% em Portugal para 68% na Holanda. Já entre a faixa de 25 a 29 anos, a proporção de trabalhadores de meio período foi bem menor, variando de 6% na Polônia, para 33% na Holanda.

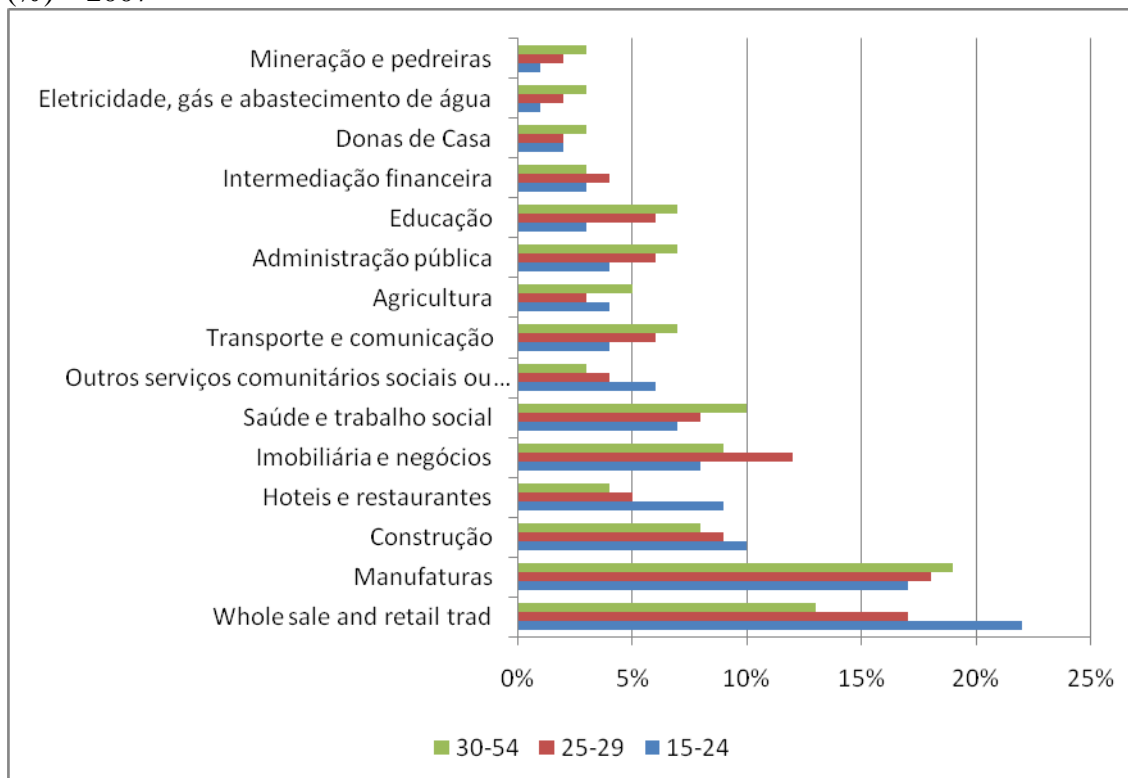
Tabela 4: Jovens empregados em trabalho temporários e de meio período, por grupo de idade (%) - 2007

	15-24		25-29	
	Trabalho temporário	Trabalho de meio período	Trabalho temporário	Trabalho de meio período
União Europeia	42	26	22	12
Bélgica	32	21	12	18
Dinamarca	23	56	14	21
Alemanha	58	20	21	20
Irlanda	21	27	10	10
Espanha	62	21	41	11
França	52	22	20	12
Itália	42	18	22	17
Holanda	43	68	23	33
Polônia	67	13	39	6
Portugal	52	9	37	7
Suécia	58	40	29	19
Reino Unido	12	36	8	15

Fonte: Eurostat, 2009.

Por fim, ressalta-se o setor da economia onde os jovens europeus estão empregados. Em 2007, 58% dos jovens empregados de 15 a 24 anos de idade encontravam-se em atividades do setor comércio, fábricas, construção e hotéis e restaurantes. Esses setores, em contrapartida, empregavam 49% dos trabalhadores entre 25 e 29 anos e 44% dos trabalhadores entre 30 e 54 anos. Enquanto os mais jovens estavam concentrados nos nichos de construção, hotéis e restaurantes, os mais velhos se concentravam nos setores de aluguel de imóveis, atividades empresariais, saúde e trabalho social (Gráfico 4).

Gráfico 4: Distribuição de pessoas empregadas, por grupo de idade e setor da economia, EU-27 (%) – 2007



Fonte: Eurostat, 2009.

Observa-se, portanto, que a relação entre o jovem e o mercado de trabalho varia de maneira significativa entre os países da União Europeia, o que pode estar relacionado com as instituições de cada país e também com as políticas de emprego adotadas. No entanto, trata-se de uma faixa em que as dificuldades de inserção no mercado de trabalho tendem a ser substanciais. Diante da elevada taxa de desemprego entre os jovens, que se acentuou nos anos 90, diversos países passaram a adotar políticas públicas destinadas a este grupo. Na próxima seção, discutimos os fatores que influenciam o desemprego entre os jovens na Europa e analisamos algumas estratégias adotadas para lidar com este problema. Acredita-se que a análise das experiências e a identificação dos fatores de sucesso contribua para a reflexão de ações a serem contempladas pela experiência brasileira.

2.2. Entendendo os fatores que influenciam o desemprego entre os jovens na Europa

O desemprego entre os jovens é um problema generalizado nos países desenvolvidos, relacionado ao fato de que a experiência conta. Resultados de diversas pesquisas indicam que a chance de conseguir um emprego, e mesmo de conseguir um emprego melhor, cresce com o tempo de permanência no mercado de trabalho, o que vale para todos os níveis de formação. Em face dessa constatação, é importante entender os fatores que tendem a aumentar as chances de sucesso dos jovens no mercado de trabalho. Esse é o objetivo da presente seção, que confere atenção tanto ao tipo de formação como às políticas adotadas por alguns países.

Inicialmente, destaca-se a relevância de fatores que afetam o mercado de trabalho como um todo e, particularmente, os jovens. Um ponto importante é o grau de regulação do mercado de trabalho e os custos de contratar e demitir. O excesso de regulação tende a afetar negativamente o emprego entre os jovens, por se tratar de um segmento em que o empregador dispõe de menos informações sobre o contratado, sendo, portanto, maior o risco. Na mesma linha, pode-se dizer que os jovens tendem a sofrer mais com crises econômicas e com outras dificuldades no mercado de trabalho, uma vez que sofrem competição mais acirrada de indivíduos com maior experiência. Além

disso, as firmas, durante as crises, tendem a priorizar os trabalhadores mais experientes, aqueles em quem investiu em treinamento e capacitação.

Em uma análise comparando países da Europa, Muller (2005) investiga como o tipo de formação tende a influenciar o ingresso do jovem no mercado de trabalho. Uma conclusão não surpreendente, mas importante por ter sido encontrada em todos os países analisados e nas diversas situações, é que o grau de escolaridade é a variável mais importante para explicar tanto as chances de inserção no mercado de trabalho como as possibilidades de ascensão na carreira. Nesse quesito, destaca-se a formação universitária como aquela que mais contribui para as chances de ascensão profissional em todos os países. No outro extremo, pessoas sem qualificação sofrem maiores dificuldades, tendência não eliminada com a maior permanência no mercado de trabalho.

Um ponto central do trabalho de Muller (2005) é a comparação entre os impactos da formação vocacional, direcionada para tipos específicos de profissão, e aqueles ligados à formação secundária mais geral. Os resultados indicam que indivíduos que possuem formação secundária superior (*upper secondary education*) tendem a ocupar postos de trabalho de melhor status do que os indivíduos com formação vocacional. No entanto, a formação vocacional aumenta as chances de encontrar um trabalho, tendendo a reduzir o tempo de desemprego após deixar a escola. Esse impacto da formação vocacional será tão maior quanto mais envolvidos estiverem os empregadores com o sistema de treinamento. É interessante notar que, logo após a saída da escola, a taxa de desemprego para os indivíduos com educação vocacional tende a ser inferior inclusive à verificada para os jovens que concluem o ensino universitário.¹

Assim, o treinamento vocacional apresenta uma vantagem e uma desvantagem. A vantagem é a maior facilidade para conseguir um emprego. A desvantagem é a obtenção de empregos de menor status. Muller (2005) enfatiza que a educação vocacional é em grande parte escolhida por indivíduos de classes mais baixas, que não têm recursos (e/ou tempo) para uma formação universitária e encontram naquele tipo de formação um caminho factível para o mercado de trabalho. Em outras palavras, esses indivíduos optam por estratégias de menor custo e menor risco,² bem diferente dos jovens de classe mais alta, que podem esperar e pagar pela formação universitária, beneficiando-se depois das melhores oportunidades de inserção produtiva.

Além disso, foram encontradas diferenças entre os países no que diz respeito tanto ao tipo de formação educacional como ao padrão de entrada no mercado de trabalho (MULLER, 2005). Alemanha, Áustria, Dinamarca e Holanda destacam-se por apresentar sistemas educacionais estratificados, oferecendo para os jovens secundaristas uma opção de treinamento vocacional direcionada para algumas profissões. Já Bélgica, França, Reino Unido e Irlanda são países que apresentam uma formação secundária com perfil mais geral, sem uma tradição de treinamento vocacional. Um terceiro grupo, abrangendo Grécia, Itália e Espanha, também não apresenta tradição de treinamento vocacional e distingue-se pelas dificuldades mais sérias de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Muller (2005) mostra, ainda, diferenças entre esses países no que diz respeito às perspectivas de entrada dos jovens no mercado de trabalho. Para o primeiro grupo, com tradição de ensino vocacional, a taxa de desemprego para aqueles jovens que deixaram a escola com menos de um ano situou-se, na média do período 1992 a 1997, no patamar de 10%. Para o segundo grupo, a mesma taxa de desemprego variou de 20% no Reino Unido a 30% na França. Nos países do terceiro grupo, a taxa de desemprego atingiu 45% na Espanha e 50% na Itália. Os dados reiteram a importância da formação vocacional, favorecendo a transição entre escola e emprego. No entanto, outras variáveis também são importantes, incluindo a qualidade da educação, a regulação do mercado de trabalho e o dinamismo da economia.

¹ Esse resultado, no entanto, se modifica com o tempo de permanência no mercado de trabalho. Após certo tempo, a chance do indivíduo com formação universitária estar desempregado torna-se inferior à daqueles com formação vocacional. Mas o resultado para esse último grupo, quando comparado com outros níveis de qualificação, continua superior mesmo após anos de permanência no mercado de trabalho.

² Vale destacar que nesses países o emprego para pessoas com essa formação não é mal remunerado, oferecendo uma oportunidade profissional digna.

Nota-se, portanto, que o caso mais grave é aquele encontrado nos países do sudoeste europeu, países que apresentam desemprego muito elevado mesmo para os jovens com formação universitária. Esse é um indicativo de dificuldades mais gerais encontradas no mercado de trabalho, relacionada a um grau excessivo de regulação e ao baixo dinamismo de certos setores econômicos. No entanto, há indícios de que uma maior ênfase na formação vocacional poderia ajudar. O contraponto é a Alemanha, país que, apesar de ter forte regulação trabalhista e dar grande proteção ao trabalhador, tende a ter baixo desemprego entre os jovens, o que é explicado, em parte, pela qualidade da formação vocacional. Portanto, o treinamento vocacional pode ajudar, uma vez que, garantindo uma formação padrão para o trabalhador, tende a reduzir os gastos de treinamento pela empresa e, mais importante, a fornecer informações sobre a formação e as habilidades do trabalhador, contribuindo para reduzir a assimetria de informações.

O exemplo do Reino Unido também aponta direções a serem incorporadas pelo terceiro grupo de países. O Reino Unido não tem tradição de formação vocacional e tampouco se destaca pela grande qualidade de sua formação educacional. Assim, as taxas de desemprego relativamente baixas entre os jovens se explica pela baixa regulação das relações trabalhistas e pela facilidade de contratar/demitir, ofertando maiores oportunidades para a inserção do jovem, inclusive com a grande oferta de empregos em tempo parcial. Além disso, a experiência britânica também conta no que diz respeito às políticas de emprego para os jovens, como explorado adiante.

Em síntese, uma conclusão sobre a experiência européia é que a qualificação e o tipo de formação importam, e não apenas durante o momento de entrada no mercado de trabalho. As chances de ascensão e as perspectivas enfrentadas ao longo da carreira são fortemente influenciadas pelo grau de qualificação, com vantagens maiores para aqueles com educação universitária. Outra conclusão é que uma formação mais direcionada a certos ofícios tende a contribuir para uma entrada mais suave no mercado de trabalho, reduzindo o tempo médio de desemprego. Em muitos países, essa formação funciona como um seguro, sendo preferida pelos indivíduos de classe social mais baixa. Enfim, a maior dificuldade tende a ser enfrentada pelos indivíduos que entram no mercado de trabalho com baixa qualificação, até porque o novo paradigma tecnológico/produtivo vem demandando trabalhadores com maiores habilidades. Esses trabalhadores tendem a encontrar dificuldades durante toda a vida produtiva. Portanto, um grande desafio dos sistemas públicos de emprego é garantir algum tipo de formação para esses indivíduos, uma tarefa não trivial, que coloca em primeiro plano as políticas de emprego.

3. Políticas de emprego para os jovens – lições de algumas experiências:

Com o forte aumento do desemprego entre os jovens, que atingiu níveis muito altos na década de 90, alguns países passaram a priorizar a adoção de políticas para esse grupo. Apresentaremos as políticas adotadas na Dinamarca e no Reino Unido na segunda metade dos anos 90, políticas que obtiveram bons resultados. Em ambos os casos, há um diagnóstico similar: o de que o desemprego entre os jovens é resultado da inconsistência entre o perfil da mão de obra e as exigências do mercado de trabalho. As principais direções e objetivos são também similares: motivar (e pressionar) os jovens a voltar para a educação formal, a ingressar em um programa de qualificação ou a obter um posto de trabalho. Há nesse processo a combinação de *sticks and carrots*, com o objetivo de apertar os critérios para a concessão do ‘benefício-desemprego’ no intuito de pressionar o indivíduo a uma posição mais ativa. No entanto, há grandes diferenças no teor e no grau do benefício, dada o maior comprometimento da Dinamarca com padrões mais altos de seguridade social.

Na política adotada na Dinamarca, o Sistema Público de Emprego é notificado quando o jovem completa três meses de desemprego. A partir de então, procura-se desenhar um plano individualizado para cada desempregado, que deverá ter início após o sexto mês de desemprego. As direções apontadas incluem as seguintes possibilidades: encaminhar o jovem para um posto de trabalho, para programas de educação formal de responsabilidade do Ministério de Educação ou para programas de qualificação especiais. Os programas de qualificação têm previsão de duração de

18 meses e aqueles que se recusam a participar têm o seguro desemprego cancelado, devendo aplicar para os programas de assistência social.

Aqueles que optam pela educação formal deixam a situação de desemprego e passam a receber um benefício para estudantes. Entre os que não vão para a educação formal, a maioria segue um programa de 18 meses também oferecido pelo Ministério da Educação. Esses continuam a receber o benefício desemprego, mas o Sistema Público de Emprego (SPE) passa a adotar critérios mais rígidos, tendendo a reduzir o benefício de forma a estimular o desempregado a conseguir um posto de trabalho.³ Além disso, a participação no programa de qualificação não garante a renovação do benefício, importante mudança em relação à forma como o seguro desemprego era administrado até meados dos anos 90. Os indivíduos que não optam por algum desses caminhos e continuam desempregados devem ingressar nos ‘Programas Especiais de Educação Vocacional’ ou em algum outro programa de qualificação/educação, com duração de pelo menos 18 meses (EUROPEAN UNION, 1999).

O programa “*New Deal for Young People*”, adotado no Reino Unido a partir de 1998, é focado nos jovens de 18 e 24 anos que estão desempregados e recebendo o “*jobseekersallowance*”, o seguro desemprego do país (ver se o programa ainda continua em funcionamento). O programa inclui uma série de etapas que são compulsórias, sendo que a recusa em participar implica a perda do benefício. O programa é implementado por meio de diversas parcerias, que incluem ONGs, empresas, outras agências governamentais, sindicatos e instituições de capacitação.

A etapa inicial inclui uma assistência individualizada para os envolvidos (desempregados) procurarem um posto de trabalho. Segundo o estudo da União Europeia, grande parte desses jovens tendia a conseguir um emprego em até seis meses, beneficiando-se da maior flexibilidade do mercado de trabalho e da oferta de postos em tempo parcial ou em contratos por tempo determinado. Aqueles que continuavam desempregados entravam em uma fase chamada *gateway*, quando eram encaminhados a um consultor (*adviser*) que oferecia uma orientação personalizada no intuito de preparar o indivíduo para (re) ingressar no mercado de trabalho. A partir de então, o indivíduo passava a ter quatro alternativas. A primeira é o encaminhamento para um estágio/trabalho com um empregador, em que a experiência prática é combinada com práticas de qualificação pelo menos uma vez por semana. Os empregadores, como contrapartida, recebem um subsídio. A segunda opção é o trabalho voluntário por seis meses, condicionado também a um dia por semana de práticas de qualificação. A terceira opção é o trabalho de seis meses na força governamental de meio ambiente, acompanhado de um dia semanal de treinamento. Enfim, a quarta opção é a oferta para os indivíduos de baixa escolaridade cursarem um programa de tempo integral que ofereça algum tipo de qualificação mais prática.⁴ Ao final, os indivíduos que após essa etapa não conseguem emprego passam a receber uma atenção mais focalizada.

Os programas são em geral bem avaliados. Ambos os países obtiveram grande redução no desemprego entre os jovens, embora esse resultado tenha sido também favorecido pela recuperação da economia e do mercado de trabalho a partir da segunda metade dos anos 90⁵ (EUROPEAN UNION, 1999). Um ponto positivo encontrado em ambos os casos diz respeito ao ‘efeito motivação’, uma vez que as maiores exigências ligadas à concessão do seguro desemprego teriam levado uma proporção maior dos indivíduos a deixar a situação de desemprego. O estudo encontra que há principalmente um efeito positivo das condicionalidades sobre a disposição do indivíduo engajar em programas de educação/qualificação, embora haja também um efeito positivo em relação à transição do desemprego para o emprego, mesmo que pequeno. Nesse sentido, destaca-se que em muitos casos o posto de trabalho foi obtido nas vésperas da data exigida para ingresso em programas especiais de educação e/ou na eminência de cancelamento do benefício desemprego. Enfim, há evidências de impacto positivo dos programas de 18 meses sobre a qualificação dos jovens.

³ Aqueles com educação formal recebem 82% do seguro para participarem de educação adicional (ctr).

⁴ Entre aqueles que chegam no *gateway* e continuam desempregados, X encontrou que 20% optou pelo trabalho subsidiado, 45% pela educação formal, 18% pelo emprego voluntário e 17% pela força tarefa do meio ambiente.

⁵ Portanto, no momento atual, de maiores dificuldades econômicas, os resultados são bem diferentes.

No caso específico do *New Deal*, o estudo da União Europeia encontrou resultados positivos relativos à redução do risco social, uma vez que grande parte das pessoas encaminhadas para programas de educação básica tinha educação mínima e/ou pouca experiência prévia de emprego. Ao encaminhar jovens para a qualificação ou contribuir para a reinserção no mercado do trabalho, o Programa teria contribuído, nos seus primeiros doze meses, para a redução de 40% do desemprego de longo prazo. Destaca-se também que os envolvidos têm uma avaliação positiva do programa. Os funcionários que ofertam a orientação profissional são muito bem avaliados, assim como as entidades do setor privado que oferecem ações de qualificação. O mesmo não vale para o envolvimento dos empresários, que é considerado insuficiente.

Enfim, deve-se destacar que as duas experiências podem contribuir para a reflexão sobre as políticas de emprego em outros países. Tanto a Dinamarca como o Reino Unido destacam-se pela capacidade de construir bons bancos de dados e pelo monitoramento das políticas. Mas ao envolver um acompanhamento personalizado ao desempregado, que em geral inclui a realização de grande número de ações e entrevistas, o programa tende a implicar em um dispêndio significativo de recursos. No entanto, ao contribuir para melhores chances de inserção social e para a redução do desemprego, o retorno tende a ser positivo.

O estudo da União Europeia destaca como a experiência de alguns países europeus poderia ser fortalecida com lições dos exemplos inglês e dinamarquês. Na Irlanda, por exemplo, o desemprego daqueles sem qualificação é quatro vezes superior ao verificado para aqueles que tinham educação secundária, destacando a necessidade de uma ação incisiva focada nesse grupo. A Suécia é outro país que apresenta altos gastos em políticas de emprego ativas, mas que obtém resultados inferiores no que diz respeito ao desemprego entre os jovens. Uma importante diferença em relação à Dinamarca é que a participação nos programas de mercado de trabalho é suficiente para a renovação dos benefícios desemprego.⁶ A desvantagem da opção sueca é que a qualidade do treinamento pode ficar em segundo plano, uma vez que parte dos indivíduos opta por fazer o curso principalmente com o objetivo de renovar o benefício.

Na Espanha, o desemprego entre os jovens é muito alto e respondia, desde o final dos anos 80, por aproximadamente por 30% do desemprego da força de trabalho. Como salientado, o desemprego é muito elevado também para aqueles que têm diploma universitário, pessoas que acabam competindo com aquelas com menor qualificação, agravando a situação desse último grupo. Assim, o caso espanhol aponta fortemente para a necessidade de uma política centrada nos jovens, que pode passar pelo treinamento vocacional e por linhas mais específicas voltadas a buscar alternativas de inserção no mercado de trabalho.

Enfim, deve-se destacar que Dinamarca e Reino Unido, assim como os outros países na Europa, enfrentam dificuldades com grupos muito vulneráveis, incluindo as minorias étnicas. Esses indivíduos tendem a passar pelas várias etapas da política de emprego sem conseguir um emprego. Trata-se de um grupo que demanda uma ação bem focada, normalmente combinada com políticas de saúde e de acompanhamento psicológico.

Em síntese, experiências bem sucedidas vêm contribuindo para o amadurecimento de uma política de emprego compartilhada por países da União Européia. Entre as direções gerais, essa política inclui ênfase no fortalecimento do sistema de informações, com informatização dos serviços e maior envolvimento dos empresários, adoção de atendimento individualizado para o desempregado e a preocupação com capacitação permanente, capaz de mesclar experiências em sala de aula e estágios em empresas. Outras direções dizem respeito ao envolvimento de atores não governamentais e à ênfase no comprometimento do indivíduo e nos 'incentivos' para obter um posto de trabalho. Essas direções valem especialmente para os jovens, um público mais vulnerável e com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

⁶Como destacado, essa foi uma mudança adotada na Dinamarca em 1994, no intuito de fortalecer a ativação e pressionar os indivíduos a obter um posto de trabalho.

4. Jovens e o Mercado de Trabalho no Brasil

4.1. A entrada no mercado de trabalho

Como destacado, os jovens tendem, devido à menor experiência, a enfrentar maiores dificuldades no mercado de trabalho. No Brasil, esse quadro é agravado pela baixa escolaridade média e pela baixa qualidade da educação adquirida por grande parte dos jovens, uma lacuna que se torna mais grave em face das mudanças no paradigma produtivo e da maior importância conferida à escolaridade.

Outra especificidade brasileira é a idade muito precoce de entrada dos jovens no mercado de trabalho, característica muito pronunciada, sobretudo nas camadas de baixa renda. Estabelece-se, portanto, um ciclo vicioso com implicações muito negativas. Os jovens de família mais pobres ingressam muito cedo no mercado de trabalho, impulsionados pela necessidade de obter renda e/ou pela má qualidade da educação oferecida, incapaz de convencê-los que possa no futuro trazer algum benefício. Obtêm, então, um posto de trabalho precário e com reduzidas chances de ascensão profissional, consolidando um tipo de inserção que tende a se preservar ao longo do ciclo profissional. Muitos indivíduos percebem as dificuldades e procuram oportunidades de obter qualificações que aumentem as chances de ascensão profissional. No entanto, muitos estão inseridos em longas jornadas de trabalho, tornando difícil o regresso à escola ou o engajamento em programas de formação ou reciclagem.

Os dados na Tabela 5 fortalecem essa percepção. Em 2009, a taxa de participação dos jovens de 15 a 24 anos era de 61,7% no Brasil e dos jovens de 25 a 29 anos era de 83,4%. Já para os indivíduos de 30 anos ou mais, esta estimativa era de 68,7%.

Tabela 5: Taxas de participação por grupos etários - 2009

Faixa Etária:	Taxa de Participação
15 a 24 anos	61,7%
25 a 29 anos	83,4%
30 anos ou mais	68,7%

Fonte: PNAD, 2009.

Em 2007, 54,9% dos jovens homens entre 15 e 17 anos apenas estudava, sendo que 26,4% estudava e 11,4% só trabalhava. O ideal para essa faixa é que um número muito maior pudesse se dedicar exclusivamente à formação educacional e profissional, obtendo qualificações úteis para o desempenho das atividades produtivas. Já na faixa entre 18 e 24 anos, 12,2% só estudava, 17,7% estudava e trabalhava e 56,2% só trabalhava. Assim, embora seja de se esperar que a taxa de participação para essa faixa supere a da faixa anterior, é notável a grande proporção de jovens que não mais estuda, sendo significativamente baixo o número de pessoas que consegue conciliar estudo e trabalho.

Esses indicadores são mais sérios quando se faz a correlação com o nível de renda. Em 2007, nas famílias com renda percapita igual ou menor a meio salário mínimo, apenas 51,2% dos jovens de 15 a 17 anos apenas estudava (GONZALEZ, 2009). O número era de 61,7% para as famílias com renda percapita superior a 1 salário mínimo. Para a faixa de 18 a 24 anos, apenas 26% dos jovens em famílias com renda igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo continuava estudando, enquanto essa proporção era de 36% para as famílias com renda percapita superior a um salário mínimo (GONZALEZ, 2009).⁷ Os números para as regiões metropolitanas são similares. Na RMBH, em 2005, 74% dos jovens de 16 a 24 anos pertencentes ao quartil mais pobre apenas trabalhava, enquanto esse número era de 56,8% para o quartil mais rico (DIEESE, 2006).

⁷Nas faixas de idade de 15 a 19 anos, a taxa de participação é muito superior para as famílias mais pobres, refletindo as dificuldades dos mais pobres dedicarem apenas ao estudo. Entre 20 e 24 anos, a relação entre renda e taxa de participação se inverte, uma vez que o desalento toma conta dos mais pobres, expulsando-o do mercado de trabalho.

Vale destacar a evolução desses números nas últimas décadas. No Brasil, houve, entre 1992 e 2006, redução da taxa de participação de jovens entre 15 e 17 de 45,7% para 26,4% (OIT, 2009). Esses dados refletiram mudanças no mercado de trabalho e maiores dificuldades de inserção de alguns grupos, embora tenha refletido também o crescimento do número de anos dedicados à escola. Já nas faixas de 18 a 20 anos, houve uma pequena redução da taxa de participação, acompanhada de um pequeno aumento para a faixa entre 21 e 24 anos.

No mesmo período houve um aumento do percentual dos jovens que estudam de 35% para 47%, aumento que se verificou tanto para a faixa de 15 a 19 anos como para aquela de 20 a 24 anos. No entanto, a inserção no mercado de trabalho continuou a se dar muito cedo, prejudicando as perspectivas de formação. Esses números são também reforçados por uma comparação entre os anos de 1980 e 2000. Nesses anos, a idade mediana de abandono da escola passou de 15,4 anos para 18,1 anos entre os homens e de 15,6 para 17,9 anos entre as mulheres (Gonzalez, 2009). No entanto, a variação na idade mediana de entrada no mercado de trabalho foi muito menor, passando de 15,1 para 15,8 para os homens e de 15,6 para 15,9 anos para as mulheres.

Portanto, os dados reforçam o quadro de inserção muito cedo no mercado de trabalho, resultado que é mais pronunciado para os indivíduos de classe mais baixa. Por mais que tenha havido aumento médio nos anos de estudo, a entrada muito cedo no mercado de trabalho, aliada à má qualidade da educação, prejudica a possibilidade de obtenção de habilidades úteis para o exercício da atividade produtiva. Os dados mostram também a dificuldade de conciliação de trabalho e escola em face das longas jornadas de trabalho enfrentadas pelos jovens brasileiros.

Em 2006, segundo estudo da OIT, a média de horas trabalhadas pelos jovens de 15 a 24 anos no Brasil foi de 38,4 horas, com 83,6% trabalhando em jornadas superiores a 20 horas. Como mostra o mesmo estudo, a frequência à escola para aqueles que trabalham até 20 horas por semana foi, na média, de 58%. Já para os que têm jornadas superiores a 20 horas semanais, a frequência escolar cai para 30%.

A partir da análise e dos dados acima, é possível determinar direções prioritárias para melhorar a inserção dos jovens no mercado de trabalho. É fundamental dar condições para que os grupos mais vulneráveis dentro da população jovem reforcem sua formação, o que passa por melhorar a qualidade educação, por criar incentivos para que a permanência na escola seja maior e por criar mecanismos que permitam a conciliação entre emprego e escola e o engajamento em práticas de formação ou reciclagem profissional.

Nessa direção, políticas voltadas à universalização do ensino, à melhoria da qualidade da educação e ao combate à evasão são plenamente justificadas. Aqui se encaixam as medidas voltadas a erradicar o trabalho infantil, a buscar a universalização da frequência à escola e a estimular a frequência a escola também dos adolescentes, como ilustrado pelos estímulos introduzidos pelo programa Bolsa Família. Na mesma linha, é fundamental associar o trabalho adolescente a experiências de aprendizagem, assim como ampliar as oportunidades de trabalho profissionalizante.

Enfim, um outro tipo de medida passa por criar estímulos e condições que favoreçam a contratação dos jovens pelas firmas, permitindo ao jovem ganhar experiência e ampliar as chances de inserção futura. A próxima seção explora a situação dos jovens ocupados, enquanto a seção subsequente volta propriamente para as políticas.

4.2. Características dos Ocupados

Uma vez inseridos no mercado de trabalho, é importante analisar a qualidade dos postos de trabalho ocupados pelos jovens, uma vez que a estrutura de ocupação entre os jovens tende a se dar de maneira distinta da dos adultos. Nesse sentido, a análise da estrutura setorial da ocupação e da posição na ocupação dos jovens é também importante para que possamos pensar em políticas públicas para esta faixa.

O setor de atividade no qual os jovens estão inseridos depende, em grande medida, da estrutura das ocupações da população em geral. Contudo, algumas particularidades são notadas. As evidências apontam para a predominância do trabalho juvenil nos setores do comércio (22,6%), da

indústria de transformação (14,6%) e agrícola (13,0%) e como pode ser visto na Tabela 6. Destaca-se o setor comércio como principal fonte de empregos para os jovens (22,6% do total de ocupações), quase sete pontos percentuais a mais do que o verificado para os adultos.

Tabela 6: Estrutura setorial da ocupação de jovens e adultos – Brasil 2009

Setor de Atividade:	Jovens (15 a 29 anos)	Adultos (30 anos ou mais)
Agrícola	13,0%	17,2%
Outras atividades industriais	0,8%	0,9%
Indústria de transformação	14,6%	12,1%
Construção	6,9%	8,0%
Comércio e reparação	22,6%	15,9%
Alojamento e alimentação	4,5%	3,8%
Transporte, armazenagem e comunicação	4,3%	5,0%
Administração pública	4,3%	6,4%
Educação, saúde e serviços sociais	8,2%	10,2%
Serviços domésticos	6,6%	8,6%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4,7%	4,1%
Outras atividades	9,3%	7,3%
Atividades maldefinidas	0,3%	0,3%
Total	100%	100%

Fonte: PNAD, 2009.

Há também diferenças relativas à posição na ocupação e à qualidade dos postos de trabalho. No caso dos jovens, os postos disponíveis são em geral aqueles que exigem menor qualificação, sendo, portanto, de pior qualidade. Verifica-se, na Tabela 7, que um quarto dos trabalhadores entre 15 e 29 anos eram, em 2009, empregados sem carteira de trabalho assinada, proporção bem superior à encontrada para os adultos. Segundo o relatório da OIT (2009), essa característica do trabalho juvenil é explicada, em parte, pela maior concentração desse público em micro e pequenas empresas.

Tabela 7: Posição na ocupação de jovens e adultos – Brasil 2009 (Participação na ocupação total)

Posição na Ocupação:	Jovens (15 a 29 anos)	Adultos (30 anos ou mais)
Empregado com carteira de trabalho assinada	42,4%	30,2%
Militar	0,7%	0,2%
Funcionário público estatutário	3,1%	9,3%
Outro empregado sem carteira de trabalho assinada	25,9%	12,5%
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	1,1%	2,6%
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	5,4%	6,0%
Conta própria	11,3%	25,7%
Empregador	1,6%	5,6%
Trabalhador na produção para o próprio consumo	2,3%	4,6%
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,06%	0,1%
Não remunerado	6,0%	3,0%
Total	100%	100%

Fonte: PNAD, 2009.

Outra diferença relevante é encontrada entre os trabalhadores por conta própria, apenas 11,3% do total de ocupações entre os jovens e 25,7% do total de ocupações entre os adultos. Ressalta-se também a maior proporção de jovens trabalhadores não remunerados (6,0%) em comparação com os adultos (3,0%), indicando a maior participação dos jovens em empreendimentos familiares. Por fim, observa-se que os jovens em geral se envolvem menos com atividades de empreendedorismo, o que pode ser explicado pela falta de experiência, de capital e mesmo de acesso a financiamento. Essa evidência tenderia a sinalizar para a necessidade de linhas de financiamento e de microcrédito específicas para esse grupo, acopladas e práticas de qualificação e orientação para abrir um negócio.

Em relação ao gênero, há entre os jovens uma predominância das mulheres em áreas como ciências e artes, bem como no comércio e em serviços administrativos, enquanto os homens se encontram no trabalho agrícola e industrial, em serviços de reparação e manutenção e nas Forças Armadas (OIT, 2009). Em relação às mulheres jovens, encontra-se que a participação no trabalho doméstico é similar a das mulheres adultas, ocorrendo uma “*reprodução intergeracional do peso do trabalho doméstico no total do emprego feminino*” (OIT, 2009: 49). Entretanto, as jovens se inserem no trabalho doméstico de maneira mais precária, uma vez que a proporção de mulheres jovens que trabalhavam nesta profissão sem carteira assinada é muito superior a das mulheres adultas (OIT, 2009).

Enfim, outro resultado interessante diz respeito à escolaridade, dado que 7% dos jovens em 2006 estavam ocupados como técnicos de nível médio, indicativos de que investimento em cursos técnicos podem representar uma alternativa para melhor inserção do jovem no mercado de trabalho (OIT, 2009).

4.3. Taxa de desemprego

À semelhança de outros países, a taxa de desemprego entre os jovens no Brasil é bem superior àquela verificada entre os adultos. Em 2009, a taxa de desemprego para trabalhadores com mais de 15 a 24 anos foi de 18% no Brasil, e para trabalhadores de 25 a 29 anos foi de 10% (Tabela 8). Já para os adultos, a taxa de desemprego em 2009 era de 5%.

Tabela 8: Taxa de Desemprego – Brasil 2009

Variável:	15 a 24 anos	25 a 29 anos	30 anos ou mais
PEA	61,8%	83,5%	68,7%
Ocupados	81,8%	90%	95%
Desocupados	18,2%	10%	5%
Taxa de desemprego	18%	10%	5%

Fonte: PNAD, 2009.

Essa correlação entre desemprego e idade encontra variações de gênero e raça. Em 2006, as mulheres jovens apresentavam taxa de desemprego 66% maior do que a dos homens, sendo o desemprego entre jovens negros também bem superior a dos jovens brancos (OIT, 2009). Além disso, o desemprego entre os jovens era maior nas áreas metropolitanas em relação às demais áreas urbanas e às áreas rurais.

Não surpreendentemente, verifica-se uma correlação negativa entre a taxa de desemprego juvenil e a faixa de renda domiciliar. O desemprego entre os jovens é maior que 20% entre aqueles pertencentes a domicílios com renda domiciliar *per capita* de até um salário mínimo, e varia entre 10,2% e 12,7% para faixas de renda superiores a este limite. Esse número relaciona-se a inserção mais tardia dos jovens de famílias mais abastados no mercado de trabalho, descrita na seção anterior. Por fim, ressalta-se que a maior taxa de desemprego entre os jovens em 2006 foi observada no Sudeste (20,3%), seguida do Centro-Oeste (17,7%) e Sul (14,3%) (OIT, 2009).

De acordo com relatório da OIT (2009), a taxa de desemprego entre os jovens aumentou de 11,9% em 1992 para 18% em 2006 (Gráfico 9). No mesmo período, o desemprego entre os adultos também aumentou, mas em uma proporção menor (de 4,3% para 5,6%). Os dados evidenciam que os jovens foram mais sensíveis à crise de oportunidades de emprego na década 1990, o que não se alterou significativamente após 2005, quando a taxa de desemprego geral começou a diminuir (GONZALEZ, 2009). Observa-se, ainda, que este efeito variou em termos de gênero e classe social, sendo mais prejudicial para mulheres e jovens de famílias mais pobres (GONZALEZ, 2009). Esses resultados reforçam a necessidade de políticas específicas para esse grupo.

Gráfico 6: Taxa de Desemprego no Brasil, 1992 – 2006 (%)



Fonte: OIT (2009).

Em síntese, os dados apontam para o fato de que os jovens constituem um público com características de emprego específicas e uma inserção precária no mercado de trabalho. Como destaca Pochmann (2007: 8),

“De um lado, os constrangimentos atuais do sistema nacional de ensino dificultam o avanço da escolaridade com qualidade da juventude, assim como a contida expansão econômica obstaculiza a ascensão social por intermédio do emprego. De outro, a crise de reprodução social produz um quadro geral de desânimo juvenil, cada vez influenciado pelos apelos do exercício das atividades ilegais”.

O reconhecimento desta peculiaridade é o primeiro passo para a formulação de políticas públicas efetivas para os jovens. Dessa forma, faz-se necessária uma análise das políticas de empregovoltadas para os jovens no Brasil, objeto da próxima seção.

5. Jovens e o mercado de trabalho em Minas Gerais

No estado de Minas Gerais, o percentual de ocupados na PEA era de 91,8% em 2009, como pode ser visto na Tabela 9. No que diz respeito às diferentes regiões do estado, verificou-se um percentual menor de ocupados no Noroeste de Minas Gerais (88,5%). O melhor cenário foi encontrado nas regiões Central e Sul, com 94,4% e 94,1% de ocupados na PEA, respectivamente.

Tabela 9: População total, PIA, PEA e percentual de ocupados na PEA, por região de planejamento e RMBH, Minas Gerais, 2009

Região de Planejamento	População Total	PIA		PEA		Ocupados	
	(em mil pessoas)	(em mil pessoas)	(%)	(em mil pessoas)	PEA/PIA (%)	(em mil pessoas)	Ocupados/PEA(%)
Minas Gerais	19.274	16.446	85,3	8.970	54,2	8.230	91,8
Norte	1.653	1.330	84,6	625	47	570	91,3
Rio Doce	1.686	1.423	86,9	788	55,4	709	90
Zona da Mata	1.997	1.725	86,6	913	53	839	91,9
Noroeste	352	290	86,1	166	57,1	147	88,5
Central	726	631	82	305	48,4	288	94,4
Sul	2.277	1.939	82,4	1.107	57,1	1.042	94,1
Triângulo	1.358	1.185	80,5	670	56,5	614	91,7
Alto Paranaíba	612	518	84,4	300	57,8	280	93,4
Centro-Oeste	1.079	928	85,2	564	60,7	524	93
Jequitinhonha/Mucuri	969	795	87,3	370	46,6	344	92,9
RMBH	6.565	5.682	86,4	3.162	55,7	2.873	90,8

Fonte: Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD-MG). Fundação João Pinheiro (FJP), 2009.

No que diz respeito à população jovem, entre 14 e 24 anos em Minas Gerais em 2009, observa-se que dentre aqueles que trabalhavam, 31% ainda estavam estudando (Tabela 10). Este percentual é maior para os jovens das áreas urbanas, em comparação com as áreas rurais. Os 69% restante dos jovens que trabalhavam não estavam estudando. Este percentual é alto, se considerarmos a faixa etária de 14 a 24 anos. Por outro lado, dentre os jovens que não estavam trabalhando em 2009, apenas 66,9% estava estudando. Tal dado sugere que muitos jovens que já concluíram seus estudos ou abandonaram a escola, estavam desempregados.

Tabela 10: Percentual de jovens de 14 a 24 anos que trabalham e estudam, segundo situação censitária – Minas Gerais, 2009

Trabalho	Frequenta Escola	Urbano	Rural	Minas Gerais
Trabalha	Não	68,4	72,7	69,0
	Sim	31,6	27,3	31,0
	Total	100,0	100,0	100,0
Não Trabalha	Não	32,5	36,7	33,1
	Sim	67,5	63,3	66,9
	Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD-MG). Fundação João Pinheiro (FJP).

Em relação à Região Metropolitana de Belo Horizonte, a Tabela 11 apresenta o percentual de jovens inativos, ocupados e desempregados. Observa-se que o percentual de desempregados é maior entre os jovens, em relação à PIA, em especial para aqueles na faixa etária de 18 a 24 anos.

Tabela 11: Situação ocupacional dos jovens na RMBH, 2010

Situação Ocupacional	PIA	Jovens		Total entre os jovens
		De 18 a 24 anos	De 25 a 29 anos	
Inativos	30,30%	27,0%	16,0%	22,3%
Ocupados	63,90%	61,0%	77,4%	68,0%
Desempregados	5,80%	12,0%	6,6%	9,7%
Total	100%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PED – 2010/FJP (elaboração própria).

Em relação ao setor de atividade, observa-se que a maioria dos jovens da RMBH se encontra empregada no setor de serviços, seguido pelo setor de comércio e indústria de transformação.

Tabela 12: Setor de atividade dos jovens na RMBH, 2010

Setor de Atividade	PIA	Jovens		Total
		De 18 a 24 anos	De 25 a 29 anos	
Indústria de Transformação	14,20%	16,4%	16,2%	16,3%
Construção Civil	7,70%	5,8%	5,5%	5,6%
Comércio	15%	21,4%	16,7%	19,1%
Serviços	56%	53,6%	57,6%	55,5%
Serviços Domésticos	6,80%	2,7%	3,8%	3,3%
Outros	0,30%	0,1%	0,2%	0,2%
Total	100%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PED – 2010/FJP (elaboração própria).

No que diz respeito à posição na ocupação dos jovens da RMBH, observa-se, assim como no caso brasileiro, que a maioria dos jovens se encontra no setor privado com carteira de trabalho assinada. No entanto, o percentual de jovens na informalidade é alto (10,2%), em especial para a faixa etária de 18 a 24 anos, como pode ser visto na Tabela 13.

Tabela 13: Posição na Ocupação dos jovens na RMBH, 2010

Posição na Ocupação	PIA	Jovens		Total entre os jovens
		De 18 a 24 anos	De 25 a 29 anos	
Assalariado do setor privado com carteira de trabalho assinada	49,3%	66,7%	62,4%	64,6%
Assalariado do setor privado sem carteira de trabalho assinada	6,5%	13,2%	7,1%	10,2%
Assalariado do setor público	13,9%	7,9%	12,2%	10,0%
Autônomo para o público	13,7%	5,7%	7,5%	6,5%
Autônomo para a empresa	3,8%	2,2%	2,9%	2,6%
Empregador	4,3%	0,8%	2,3%	1,6%
Empregado doméstico mensalista	4,8%	2,4%	3,0%	2,7%
Empregado doméstico diarista	2,0%	0,4%	0,9%	0,6%
Trabalhador familiar	0,1%	0,2%	0,0%	0,1%
Outras	1,6%	0,5%	1,7%	1,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PED – 2010/FJP (elaboração própria).

Uma vez traçado um panorama da situação dos jovens no mercado de trabalho no Brasil e em Minas Gerais, a próxima seção discute como o governo vem respondendo às necessidades desta faixa etária. Nesse sentido, é analisada a evolução das políticas para a juventude no Brasil, destacando-se as principais estratégias adotadas pelo governo federal.

6. Políticas de emprego para Jovens

6.1. A Evolução das Políticas para a Juventude no Brasil

Em 2003, foi criado o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE). O programa, além de reunir ações voltadas a melhor qualificar o jovem, dava forte ênfase à concessão de subsídios no intuito de induzir as empresas a contratar trabalhadores jovens. Os subsídios poderiam chegar, no caso de empresas menores (com faturamento até R\$ 1,2 milhões), a seis parcelas de R\$ 200,00 por trabalhador contratado. Para empresas maiores, o subsídios poderiam chegar a seis parcelas e R\$100,00 por trabalhador. Ao quebrar a resistência do empregador e estimular a contratação, o programa buscava prover a experiência e reduzir a desvantagem do segmento jovem em relação a trabalhadores adultos. O público alvo eram os jovens de 16 a 24 anos, de famílias pobres (renda mensal de até meio salário mínimo per capita), em situação de desemprego e sem vínculo empregatício anterior. Era também requisito que os jovens estivessem matriculados em cursos de educação formal ou cursos próprios de educação para jovens. O Programa também determinava um número máximo de contratações por empresa, no intuito de inibir a substituição de trabalhadores empregados por outros que gerassem subsídios às empresas. O PNPE foi importante por colocar na agenda a necessidade de ações específicas. No entanto, não havia naquele momento uma reflexão clara sobre como deveria se dar uma política para a juventude. Tratou-se, portanto, de uma ação isolada.

Houve em 2005 uma reestruturação da política. A ênfase, centrada em estimular a demanda por trabalhadores jovens, foi substituída pela maior preocupação com a capacitação e a empregabilidade do trabalhador. A mudança pode ter sido motivada pela percepção de que o problema maior estava na baixa qualificação do trabalhador e que fortalecer essa qualificação tenderia a ser mais importante do que subvencionar a contratação. No entanto, teria havido também dificuldades operacionais que prejudicaram a eficácia do programa. Muitas empresas menores alegaram encontrar dificuldades para participar do programa. Houve também casos de empresas que não participavam devido às dificuldades de obter certidões negativas de débito junto à União. Assim, há evidências de que um melhor desenho, incluindo simplificação de procedimentos e menor burocracia, teria favorecido melhores resultados. Trata-se de uma constatação importante, indicando para a necessidade de preocupação também com o lado da demanda como parte da estratégia para estimular a entrada dos jovens no mercado de trabalho.

A partir de 2005, atenção maior passou a ser dada aos Consórcios Sociais da Juventude (CSJ), ações voltadas a favorecer tanto a qualificação como a inclusão social do jovem em situação mais vulnerável. Era um programa que privilegiava o envolvimento da sociedade civil e visava atingir áreas onde o Estado tinha mais dificuldade em chegar (OIT, 2009). Sua principal inovação era combinar qualificação social e profissional, trabalho comunitário e iniciativas para inserção dos jovens no mercado de trabalho, que deveria se dar tanto por meio de práticas de intermediação como pela inserção do trabalhador em práticas não tradicionais, incluindo o trabalho em cooperativas.

As ações de qualificação social e profissional deveriam somar 400 horas, que se combinavam com 100 horas de prestação de trabalho voluntário. Esse último visava também fortalecer a rede social do jovem, considerado um atributo muito importante a favorecer a entrada no mercado de trabalho. Após 320 horas de qualificação o jovem poderia ser encaminhado ao mercado de trabalho. Enfim, o jovem recebia, pela participação no programa, um valor de R\$600,00 por quatro ou cinco meses. Como destacam Cardoso e Gonzalez (2007), a novidade institucional do CSJ é a combinação entre qualificação profissional, intermediação e trabalho voluntário.

Uma outra ação promovida após 2005 foi a Ação Juventude Cristã, que apresentava muitas similaridades com a CSJ, dando forte ênfase na combinação de qualificação profissional e social com trabalho comunitário. Tinha, como principal diferença, o fato das ações serem mais descentralizadas espacialmente, uma vez que as CSJ eram concentradas nas regiões metropolitanas e nas capitais. Enfim, outro eixo do PNPE, estimulado após 2005, foi o programa Empreendedorismo e Responsabilidade Social, voltado a criar uma linha especial de crédito para os jovens. Foi, no entanto, uma ação limitada, uma vez que se exigia capacitação antes do empréstimo e apresentava dificuldades para atingir os jovens mais vulneráveis, eleitos o público alvo do programa.

Análises sobre os Consórcios Sociais da Juventude (CSJ) levantam pontos importantes a serem observados nas políticas de emprego para os jovens. Cardoso e Gonzalez (2007) notaram dificuldades para conciliação dos conteúdos de ensino, contratação de instrutores e perfil dos jovens considerados prioritários. A escolaridade dos jovens envolvidos é baixa e de má qualidade, o que demanda recursos humanos e pedagógicos muito maiores do que os inicialmente previstos. Na mesma direção, é necessário mais que bons professores para o sucesso dos programas de qualificação, uma vez que o público alvo é muito vulnerável, sendo necessário um trabalho especializado e muito voltado também para o lado psicológico.

Outra dificuldade diz respeito ao perfil das CSJ. Aquelas que obtiveram mais êxitos foram as que adotaram estratégias direcionadas para a inserção dos jovens, envolvendo engajamento com os empregadores e um trabalho de sensibilização. Muitas ONGs envolvidas, no entanto, são selecionadas pela capacidade técnica do curso, não tendo, portanto, esse perfil. E enfim, questiona-se a exigência de que as ONGs participantes do programa devam cumprir metas de inserção no mercado de trabalho. Argumenta-se que talvez fosse mais apropriado que as metas se dessem em torno da qualificação dos envolvidos, uma vez que a inserção depende de outros fatores e pode levar, por exemplo, à criação de trabalhos precários.

Em 2005, foi criado o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), que reunia ações dos programas anteriores. O público alvo era jovens na faixa de 18 a 24 anos, com 4 a 7 anos de estudo e sem vínculo empregatício formal. O Projovem preservava muitos dos objetivos da CSJ, combinando ações voltadas à elevação da escolaridade, conclusão do ensino fundamental e estímulo à qualificação profissional, além de ações comunitárias e estímulo à cidadania. O programa previa inicialmente ações em um prazo de 12 meses. 1200 horas seriam destinadas à formação educacional e à conclusão do ensino fundamental e 350 horas à qualificação profissional, divididas em 150 em horas para iniciação no mundo do trabalho e 200 horas dedicadas a um arco ocupacional, que incluiria 4 ocupações do mesmo arco. Na construção civil, por exemplo, incluía formação de pintor, ladrilheiro, gesseiro e reparador. Além disso, 50 horas seriam dedicadas a ações comunitárias. Durante esse período, um auxílio mensal de R\$100,00 era oferecido ao jovem. O tipo de formação oferecida era determinada pela prefeitura, a partir de supostas necessidades do mercado de trabalho local.

Avaliações iniciais do Projovem encontraram que o público alvo tinha pouca ou nenhuma experiência prévia (OIT, 2009). Eram pessoas também caracterizadas por poucos vínculos de relacionamento pessoal e baixa participação em associações e em experiências de trabalho voluntário. Grande parte dos jovens participantes tinham inserção produtiva precária e baixos rendimentos. A pesquisa encontrou também um alto grau de abandono e desistência por parte dos participantes do programa, superior a 50%. Além disso, o número de participantes foi reduzido nos primeiros anos. Apesar do amplo público potencial, apenas 225 mil jovens haviam se inscrito no programa até 2007.

Em 2007, o programa passa por mudanças. Cria-se o Projovem unificado, incorporando 4 eixos: o Projovem Adolescente, o Projovem Urbano, o Projovem Campo e o Projovem Trabalhador. Houve também mudanças na faixa etária, visando se encaixar no padrão internacional. O público alvo seria portanto os jovens de 15 a 29 anos, subdivididos nas seguintes faixas: os adolescentes jovens (15 a 17 anos), os jovens-jovens (18 a 24 anos) e os jovens adultos (15 a 29 anos). A meta era atender, em 4 anos, 3,5 milhões de jovens. O orçamento previsto do programa de 2008 a 2010 era de R\$ 5,4 bilhões.

O Projovem Adolescente é conduzido pelos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). O programa tem duração de dois anos e carga horária de 1200 horas, com 12,5 horas semanais. Seu principal objetivo é trabalhar a sociabilidade dos jovens, procurando fortalecer a permanência no sistema educacional. O programa está centrado na promoção de de encontros e oficinas, coordenado por um assistente social. Há 3 eixos estruturantes: convivência social, participação cidadã e mundo do trabalho, sendo trabalhados temas como direito humano, trabalho, cultura, meio ambiente e lazer.

A criação do Projovem Urbano acarretou a ampliação do público alvo, incluindo todas as cidades com população acima de 200 mil habitantes. Já o Projovem Campo é direcionado aos jovens ligados à agricultura familiar, incluindo ações integradas voltadas a aumentar a escolaridade, estimular a conclusão do ensino fundamental e ampliar a qualificação dos trabalhadores.

O Projovem Trabalhador, aquele que mais nos interessa, está focado nos jovens de 18 a 29 anos, de famílias pobres (renda média abaixo de ½ salário mínimo) e em situação de desemprego involuntário. O programa incorporou os Conselhos Sociais de Juventude e a Juventude Cristã, bem como suas práticas e objetivos. Assim, seu intuito é preparar o jovem para o mercado de trabalho, combinando ações de estímulo a escolaridade, qualificação profissional e alternativas de inserção produtiva. Outro programa incorporado pelo Projovem Trabalhador é o Escola da Fábrica, implementado em parceria com empresas privadas e ONGS. Seu objetivo é fornecer cursos com carga horária mínima de 600 horas e oferecer aos jovens uma primeira experiência profissional.

6.2. Políticas para jovens em Minas Gerais

Em relação às políticas específicas para jovens relacionadas com o mercado de trabalho no estado de Minas Gerais, foram identificados dois programas centrais: o Projovem Trabalhador/Juventude Cidadã, da Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego (SETE); e o Programa de Educação Profissional (PEP), de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação (SEE).

O Projovem em Minas Gerais pretende qualificar 15 mil jovens, inicialmente na área mineira da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) (SETE, 2012). O programa mineiro visa oferecer cursos com duração de seis meses e carga horária de 350 horas/aula, das quais 100 horas/aula são de qualificação social e 250 horas/aula são de qualificação profissional. O programa apresenta grande multidisciplinaridade. Segundo a SETE, os temas abordados nos cursos são divididos nas seguintes áreas: “Administração, Agro Extrativista, Alimentação, Arte e Cultura, Construção e Reparos, Esporte e Lazer, Gestão Pública e Terceiro Setor, Madeira e Móveis, Metal mecânica, Pesca e Piscicultura, Saúde, Serviços Domiciliares, Serviços Pessoais, Telemática, Turismo e Hospitalidade, Vestuário” (SETE, 2012). Os jovens participantes do programa recebem uma bolsa no valor de seis parcelas de R\$ 100,00. Ainda segundo a SETE (2012), o recurso obtido para o programa foi de R\$ 27.893.250,00 para ações de qualificação, gestão e apoio e mais R\$ 9 milhões para auxílio financeiro aos alunos. É importante ressaltar, que o Projovem ainda não atende a todos os municípios mineiros⁸.

Em relação ao Programa de Educação Profissional (PEP), observa-se que sua implementação reflete uma tendência em se ampliar o ensino profissionalizante, enquanto uma estratégia para diminuir a evasão no Ensino Médio. O objetivo do programa é dar oportunidades de profissionalização no ensino médio, para alunos matriculados na rede estadual, bem como para jovens entre 18 e 24 anos, que já concluíram os estudos.

O destaque deste programa consiste no fato de que sua implementação é mais rápida, na medida em que ele conta com a participação não apenas da rede de ensino estadual, mas também do setor privado e das instituições públicas municipais e federais. Tal fato se deu a partir da criação da Rede Mineira de Formação Profissional de Nível Técnico por meio do Decreto n. 44.632 em 2007. Essa Rede conta com a participação de escolas estaduais de nível técnico, instituições privadas credenciadas e escolas conveniadas (Campos e Guimarães, 2009). Observa-se que a combinação entre o setor público e o setor privado (que conta com a oferta de vagas por meio de editais) proporcionou o aumento da proporção de alunos no Ensino Médio na modalidade profissionalizante de 0,48% em 2006, para 3,27% em 2008 (Campos e Guimarães, 2009). Contudo, o grande desafio do PEP atualmente consiste no processo de monitoramento e avaliação da qualidade do ensino oferecido.

Nota-se, portanto, uma evolução nos programas no Brasil, que passam a ganhar espaço como ações importantes dentro das políticas de emprego. Entretanto, a principal ação que visa a inserção do jovem no mercado de trabalho atualmente, o Programa Projovem, ainda é incipiente, contando com recursos limitados e contemplando um número limitado. Acima de tudo, o programa apresenta grandes dificuldades de implementação, o que compromete significativamente os seus resultados. Faltam também análises que reforcem as principais dificuldades e proponham medidas

⁸ Os municípios mineiros que serão atendidos pelo Projovem são: Almenara, Araçuaí, Aricanduva, Bertópolis, Bocaíuva, Bonito de Minas, Botumirim, Brasília de Minas, Buritizeiro, Campo Azul, Capelinha, Capitão Enéas, Catuti, Claro dos Poções, Cônego Marinho, Coração de Jesus, Cristália, Diamantina, Divisa Alegre, Divisópolis, Engenheiro Navarro, Espinosa, Felisburgo, Francisco Dumont, Francisco Sá, Frei Gaspar, Glaukilândia, Grão Mogol, Guaraciama, Ibiaí, Ibiracatu, Icarai de Minas, Indaiabira, Itacambira, Itacarambi, Itamarandiba, Itambacuri, Itaobim, Jacinto, Jaíba, Janaúba, Januária, Japonvar, Jequitaiá, Jequitinhonha, Juramento, Lontra, Luislândia, Manga, Matias Cardoso, Medina, Minas Novas, Mirabela, Monte Azul, Montes Claros, Montezuma, Nanuque, Ninheira, Novo Cruzeiro, Ouro Verde de Minas, Padre Paraíso, Pedra Azul, Pirapora, Ponto Chique, Porteirinha, Poté, Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Rubim, Salinas, Salto da Divisa, Santo Antônio do Jacinto, São Francisco, São João da Ponte, São João do Pacuí, São João do Paraíso, Serro, Setubinha, Taiobeiras, Teófilo Otoni, Ubaí, Vargem Grande do Rio Pardo, Várzea da Palma, Varzelândia, Verdelândia.

para fortalecer as ações e melhorar a qualidade dos cursos, de forma a contribuir para a melhor inserção produtiva dos jovens e para seu avanço profissional.

7. Considerações Finais

Os jovens constituem uma faixa muito particular que possui peculiaridades em relação a sua inserção no mercado de trabalho. A experiência europeia mostrou que existem dois tipos de fatores com fortes consequências sobre o desempenho dos jovens no mercado de trabalho: o tipo de qualificação e as regulações do mercado de trabalho. Os sistemas de treinamento dual/vocacional, ao favorecer a transição entre escola e trabalho, tendem a favorecer a inserção mais suave do jovem no mercado de trabalho e a acarretar taxas menores de desemprego para essa faixa. Aspectos positivos são também trazidos por uma legislação mais flexível, embora represente também o crescimento de trabalhos mais precários. A experiência europeia mostra também impactos positivos de políticas que priorizam o segmento jovem e determinam cursos e ações sistemáticas voltadas a fortalecer a empregabilidade do indivíduo. As ações são também acompanhadas das práticas de ativação, voltadas a condicionar o pagamento de incentivos a participação dos jovens em programas de capacitação e busca de emprego.

No Brasil, os jovens enfrentam dificuldades adicionais, resultado da baixa qualidade da formação educacional e da inserção muito precoce no mercado de trabalho. Apesar de avanços verificados nos anos médios de estudo e no tempo de frequência a escola, a entrada no mercado de trabalho continua a se dar muito cedo, o que é mais grave para as classes mais pobres. Assim, os dados sobre a experiência brasileira e mineira mostram a relevância de programas voltados a permitir a maior dedicação do jovem à formação/capacitação e a adiar a entrada no mercado de trabalho. Na mesma linha, destacam-se os programas voltados a fortalecer a qualidade do ensino básico e dos custos de qualificação e a oferta de bons programas de reciclagem profissional.

As políticas de emprego para os jovens avançaram significativamente nos últimos nove anos, constituindo-se como um segmento à parte das políticas de emprego, que oferecem uma ação integrada trazendo ações de qualificação, intermediação e inserção produtiva. Os programas são, no entanto, tímidos, existindo grandes desafios em termos de desenho, gestão e implementação. Apesar de se saber que trata-se de uma direção prioritária a ser contemplada, avanços significativos são necessários em relação à melhoria dos cursos e à coordenação/cominação das ações, de forma que possam contribuir para melhores chances de inserção produtiva para o público jovem.

Referências Bibliográficas

CAMPOS, Eder S. A.; GUIMARÃES, Tadeu B. Políticas para a juventude em Minas Gerais: a aposta estratégica nos jovens mineiros. II Congresso Consad de Gestão Pública. Brasília: 2009.

CARDOSO, José Celso; GONZALEZ, Roberto. Desemprego juvenil e políticas de trabalho e renda no Brasil: a experiência recente dos Consórcios Sociais da Juventude Inclusão Social, Brasília, v. 2, n. 1, p. 30-46, out. 2006/mar. 2007.

DIEESE. A ocupação dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos. Estudos e Pesquisas Ano 3 – Nº 24 – setembro de 2006.

EUROPEAN UNION. Youth unemployment policies: Review of the Danish Youth Unemployment Programme and the British New Deal for Young People. Peer Review. 12-13 October 1999.

- EUROSTAT. Youth in Europe: a statistical portrait. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2009.
- GONZALEZ, Roberto. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? In.: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (Orgs.). Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília : Ipea, 2009.
- MÜLLER, Walter. Education and Youth Integration into European Labour Markets. International Journal of Comparative Sociology 2005; 46; 461
- OIT. Organização Internacional do Trabalho. Trabalho decente e juventude no Brasil. Brasília: 2009.
- PAD. Pesquisa por Amostra de Domicílios – MG. Fundação João Pinheiro, 2009.
- PED. Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro, 2009.
- PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. IBGE, 2009.
- SETE. Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego de Minas Gerais. “Projovem Trabalhador/Juventude Cidadã”. Disponível em: <www.sine.mg.gov.br>. Acesso em: 12 Mar, 2012.